

SITUAÇÃO DE RUA: ANÁLISE DA COBERTURA MIDIÁTICA EM JORNAIS DE SALVADOR, BAHIA

STREET SITUATION: ANALYSIS OF MEDIA COVERAGE IN NEWSPAPERS OF SALVADOR, BAHIA

NATALIA PENITENTE ANDRADE¹

nataliapenitente@usp.br

Resumo: *Este artigo propõe discutir, a partir da indissociabilidade entre linguagem e sociedade, o paradoxo da desigualdade em nosso país e sua naturalização, que permite a reprodução do dizer “morar na rua”. O objetivo geral é analisar como é representada a situação de rua de Salvador e Região Metropolitana, empreendendo uma análise discursivo-crítica a partir de elementos linguísticos presentes em textos de jornais e de sites de notícias, considerando as correlações com perspectivas ideológicas. De modo específico, os objetivos foram: a) identificar as relações intertextuais entre as notícias sobre a população em situação de rua; b) mapear os discursos preponderantes acerca da referida população; e c) verificar como tal população é representada nas notícias. Para isso, utilizamos as perspectivas teóricas de Fairclough (2001, 2003); Van Leeuwen (1997); Silva (2006); Rosa (2005); Bessa (2009), dentre outros. O corpus é composto por quatro notícias, que discutem o tema “Situação de rua”, coletadas dos jornais Correio e Salvador Notícias. Como resultados, verificamos que há uma preocupação com as políticas públicas que recobrem a população em situação de rua, contudo, não há ocorrência de suas vozes inseridas nos textos, ocasionando a ausência de representação desses atores sociais; e quando são citados, não há nomeação desses cidadãos e cidadãs. Observamos que há uma preferência pelo termo “morador de rua” em contraste com o termo “pessoa em situação de rua”, evidenciando uma concepção errônea e naturalizada, contribuindo para a sustentação dessa problemática social.*

Palavras-chave: *Análise de Discurso Crítica; Situação de rua; Textos jornalísticos; Salvador.*

Abstract: *This article proposes to discuss, based on the inseparability between language and society, the paradox of inequality in our country and its naturalization, which allows the reproduction of the saying “to live on the street”. The general objective is to analyze how the street situation of Salvador and the Metropolitan Region is represented, undertaking a*

¹ Universidade de São Paulo (USP) do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (DLCV).

discursive-critical analysis based on linguistic elements present in texts from newspapers and news sites, considering the correlations with ideological perspectives. Specifically, the objectives were: a) to identify the intertextual relations between the news about the homeless population; b) map the predominant speeches about the referred population; and c) verify how such a population is represented in the news. For this, we use the theoretical perspectives of Fairclough (2001, 2003); Van Leeuwen (1997); Silva (2006); Rosa (2005); Bessa (2009), among others. The corpus consists of four news items, which discuss the topic “Street situation”, collected from the newspapers Correio and Salvador Notícias. As a result, we verified that there is a concern with public policies that cover the homeless population, however, there is no occurrence of their voices inserted in the texts, causing the absence of representation of these social actors; and when they are cited, there is no nomination of these citizens. We observed that there is a preference for the term “homeless person” in contrast to the term “homeless person”, showing an erroneous and naturalized conception, contributing to the support of this social problem.

Keywords: *Critical Discourse Analysis; Street situation; Journalistic texts; Savior.*

INTRODUÇÃO

Em um país formado por povos de diferentes matrizes e, portanto, em um contexto miscigenado, vivenciamos significativos problemas acerca de diferenças sociais. A partir disso, devemos pensar em uma política de inclusão social (JÚNIOR, 2016). Notamos, a cada dia, um número crescente de pessoas nessa situação, é percebemos que esta é uma realidade de praticamente todas as cidades, submetidas à violência das mais variadas ordens, e isto reflete a existência de “aceitação da miséria ao lado da riqueza, separação de classes, consolidação dos privilégios, exclusão” (BUARQUE, 2003, p.72).

O interesse centrado nos estudos sobre a situação de rua parte das pesquisas desenvolvidas por dois subprojetos, de Iniciação Científica, que foram desenvolvidos entre 2016 a 2018², na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com financiamento da Fundação de Amparo à pesquisa da Bahia (FAPESB), pois a pesquisa integra o escopo maior do projeto *Discurso e Situação de Rua*, coordenado pelo professor doutor Décio Bessa que buscou desenvolver estudos que abarquem esta problemática não só no contexto baiano, considerando a capital e o interior da Bahia, como também em textos jornalísticos de outros estados.

Notamos que em 25 de outubro de 2006, a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal instituiu um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para elaborar diretrizes e medidas objetivando a criação de programas para a população em situação rua. O Primeiro Censo Nacional dessa população pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (2008) foi concluído em 2008 e em 23 de dezembro de 2009 foi instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053). Mesmo com a institucionalização da Política

² Ressaltamos que a pesquisa envolve outros discentes os estados do nordeste já foram pesquisados (um, em pós-doutorado; oito, com Iniciação Científica).

Nacional para Pessoas em Situação de Rua verificamos possíveis ‘falhas’ do Estado no sentido de efetivar projetos que garantam os direitos fundamentais para os cidadãos.

A ADC tem cumprido com a perspectiva de entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-lo como um modo de ação historicamente situado, que é constituído socialmente como também constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistema de conhecimento e crença. Nisso consiste a dialética entre discurso e sociedade: o discurso é moldado pela estrutura social, existindo, portanto uma relação externa entre linguagem e sociedade e uma relação interna e dialética (RESENDE, 2014).

Diante do exposto, o objetivo geral deste trabalho é analisar o modo como é representado sobre a situação de rua em Salvador e Região Metropolitana, empreendendo uma análise discursivo-crítica a partir de elementos linguísticos presentes em textos de jornais e de *sites* de notícias; considerando as correlações com perspectivas ideológicas. A metodologia é composta por uma pesquisa qualitativa.

Na primeira parte deste artigo apresentaremos uma visão sintética da Análise do Discurso Crítica (ADC) Fairclough (2001, 2003), Bessa (2009); Silva (2009); Resende (2014); Ramalho; Resende, (2011) e da abordagem utilizada para as análises, além de identificar a concepção de ideologia proposta por Thompson (1995). Na segunda parte, apresentam-se informações e discussões sobre o tema da situação de rua, ancorando-se em Rosa (2005); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2007), Bessa (2009), Silva (2009), então, na terceira parte, detalhar o *corpus* da pesquisa e as análises apresentando resultados e conclusões que se encerrarão nas considerações finais.

CONCEPÇÕES TEÓRICAS

Análise de Discurso Crítica (ADC)

A abordagem da teórica baseia-se na suposição de que a língua é uma parte indissociável da sociedade, de forma que não se pode considerar a língua sem considerar esse espaço, em uma perspectiva dialética. Dessa forma, conforme o autor, as análises e as pesquisas sociais sempre devem levar em conta a língua, isto significa, portanto, que o modo produtivo de fazer pesquisa social é por meio da linguagem, utilizando alguma forma de análise de discurso. Não se trata de reduzir a vida social à língua, bem como afirmar que tudo é discurso, entretanto, baseia-se na ideia de que o estudo de discurso é uma estratégia analítica entre muitas que faz sentido usarem análise de discurso junto com outras formas de análise.

Dessa forma, a ADC está centrada na análise linguística de textos. Ressalta-se que não se trata apenas desse uso, mas um projeto mais amplo que propõe desenvolver um recurso para análise social e para pesquisa (FAIRCLOUGH, 2003). O autor destaca que essa perspectiva teórica está relacionada à continuidade e à transformação em um aspecto mais abstrato, em um nível mais estrutural, como acontece em textos em particular.

O referido autor conceitua a ADC como “[...] a análise de conexões dialéticas entre discurso (incluindo linguagem, mas também outras formas de semiose, por exemplo, a linguagem corporal ou imagens visuais) e outros elementos das práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2003, p. 231)”. Nesse prisma teórico é possível descrever, interpretar e explicar a linguagem no contexto sócio histórica, considerando o discurso como um elemento da prática social. A intenção não é apenas o estudo da linguagem, mas tem como objetivo analisar problemas sociais.

Neste enquadre, o autor discute que o discurso tem três principais maneiras na prática social, como: Gênero (modos de agir); discursos (modos de representar); estilos (modos de ser). Entende-se que por meio da fala ou da escrita ocorre os processos de ação e interação, assim, o discurso é uma parte de práticas sociais – representações do mundo material, de outras práticas sociais, representações próprias reflexivas da prática em questão (FAIRCLOUGH, 2003,).

Conforme Bessa (2009) o léxico ‘ideologia’ é objeto de controvérsia entre diversas abordagens teóricas, entretanto para esta análise optamos pela concepção de Thompson (1995) por sua correlação com os propósitos da Análise do Discurso Crítica (ADC). Para esse campo de pesquisa, a ideologia estabelece e sustenta relações de dominação. Macedo e Vieira (2018, p. 59), ao discutir os conceitos-chave da ADC, reitera que o conceito mais utilizado para ideologia é o de Thompson, na medida em que aponta categorias de análise que perpassam “formas e significados textuais associados a maneiras específicas de representação de (inter)ação e de identificação em determinadas práticas sociais”.

Thompson (1995) aponta que ao estudar a ideologia, interessa-nos a maneira como o sentido mantém relações de dominação de classe, e deve-se também atentar para outros tipos de dominação, tais como as relações sociais estruturadas entre homens e mulheres, também entre um grupo étnico e outro, bem como entre estados nações hegemônicos. O autor descreve que existem dois tipos gerais de concepções de ideologia. Dentre essas concepções destacamos que o primeiro tipo é a “concepção neutras de ideologia” são aquelas que tentam caracterizar fenômenos como ideologia, sem implicar que esses fenômenos sejam, necessariamente, enganadores e ilusórios. Para o autor a ideologia, de acordo com as concepções neutras, é uma forma de investigação social.

Sabemos que a ideologia pode estar presente em qualquer programa político, podendo tanto manter submissos os grupos, em sua luta contra a ordem social, como para os grupos dominantes, na sua defesa *status quo*. O segundo tipo é definida por Thompson (1995) como “concepções críticas de ideologia”, sendo aquelas que possuem um sentido crítico, crítico ou pejorativo. Tem um caráter enganador, ilusório ou parcial, carrega consigo um criticismo implícito ou a própria condenação de fenômenos.

Categorias linguístico-discursivas

Uma das características da Análise do Discurso Crítica é a utilização de categorias linguísticas no desenvolvimento de análises. Dentre as possibilidades apresentadas pelo autor, para essa pesquisa, delimitamos: Intertextualidade, Significado lexical, Interdiscursividade (Fairclough, 2001; 2003), Representação de atores sociais (Van Leeuwen, 1997). Apresentamos, nas próximas seções, as categorias para as análises linguístico-discursivas.

Gênero discursivo

O primeiro, gênero discursivo, definido pelo autor referem-se à aspectos discursivos das formas de agir e interagir por meio de eventos sociais, e essa interação não é somente discursar, mas está relacionada no discurso. Assim, quando interagimos fazendo uso dos gêneros, entendemos como uma forma que contribui para ações sociais de interação em eventos sociais.

O pesquisador britânico apresenta algumas discussões acerca dos aspectos de gênero, sendo elas: 1- formas de ação e interação em eventos sociais são definidas por práticas sociais e modos pelos quais eles organizam-se na rede de comunicação; 2- a transformação social pode ser vista como mudança na rede de comunicação de prática social, e isso altera a forma de ação e interação e ocorre mudança no gênero; 3- alguns gêneros são relativamente ‘locais’ outros

mais ‘globais’; 4- mudança em gênero é mudança em como os gêneros diferentes são combinados juntos; 5- uma cadeia de eventos deve envolver uma rede de comunicação que manifesta uma corrente de diferentes gêneros; 6- um texto particular ou interação, não está em gênero particular.

Intertextualidade

No que se refere à intertextualidade, empregada por Fairclough (2003), entende-se que são as relações entre um texto com outros textos ‘externos’ a ele, fora dele, embora, de alguma forma, presentes nele. Compreende-se como intertextualidade a presença material de outros textos dentro de um texto, ou seja, citações. Assim, ao pensarmos em um discurso relatado, escrito ou pensado, é possível não só citar o que já havia sido dito, ou escrito em outros textos, mas também resumi-lo. Nisto encontra-se a diferença entre o que tem sido chamado ‘discurso direto’ ex. ‘ela disse: “Eu me atrasarei”’) e formas do ‘discurso indireto’ (ex. ‘Ela disse que se atrasaria’) (FAIRCLOUGH 2003, p. 46). A intertextualidade pertence a uma gama de possibilidades.

Destaca-se que a intertextualidade nos conduz a analisar a sociedade por meio da linguagem, portanto, o que nos interessa principalmente, dentro da perspectiva teórica da ADC é perceber o que está acontecendo, ou não, quando se identifica determinadas marcas de intertextualidade. Buscamos verificar em um texto quais ‘vozes’ são ‘autorizadas’ a falar (BESSA, 2009).

Significado lexical

A abordagem de Fairclough (2001) sobre significado lexical reflete que somos produtores e intérpretes de textos e estamos sempre confrontados com significados. As palavras têm vários significados, que são ‘lexicalizados’ de várias maneiras. Isto implica dizer que, como produtores, estamos diante de escolhas sobre como usar uma palavra e como expressar esse significado por meio de palavras; e como intérpretes, somos confrontados com decisões sobre como interpretar as escolhas que os produtores fizeram – o valor que atribuímos às palavras. Ressaltamos que essas escolhas/decisões não são de natureza puramente individual, os significados das palavras e as lexicalizações são questões variáveis socialmente, bem como são fases de processos sociais e culturais amplos, conforme expõe o autor.

Para o autor, os modelos alternativos de significado potencial vêm dos textos e os modelos dos ‘dicionários’ harmonizam com textos que são produzidos e interpretados com a orientação normativa para o significado potencial. Os textos criativos são caracterizados pela ambiguidade e ambivalências de significado e pelo jogo retórico com os significados potenciais como recursos em termos de estruturar e reestruturá-los de estruturação e reestruturação, incluindo a mudança de limites e de relações entre significados. Fairclough (2001), ao abordar as concepções de Kristeva (1986), destaca que há sempre formas alternativas de significar, de atribuir sentido, o que implica ‘interpretar’ de uma forma particular, em uma perspectiva teórica, cultural e ideológica.

Representação de atores sociais

Deve-se considerar que as práticas sociais envolvem conjuntos específicos de atores sociais, mas nem todos estão incluídos. Compreendemos que as representações incluem ou excluem atores sociais para servir seus interesses e propósitos em relação aos leitores a quem se dirigem. Nessa linha, Van Leeuwen (1997) destaca que a exclusão tem sido um aspecto importante da Análise de Discurso Crítica e que algumas exclusões não deixam marcas na

representação, apagando quer os atores sociais, quer as suas atividades. Dessa forma, Van Leeuwen (1997) apresenta uma ‘rede’ de possibilidades para a construção das representações dos atores sociais³. Nesta análise, utilizamos as classificações: *indeterminação, obstrução, assimilação e coletivização*.

O autor expõe um inventário sócio semântico dos modos pelos quais os atores sociais podem ser representados, bem como estabelecer a relevância sociológica e crítica das suas categorias antes de debruçar sobre as questões de como se realizam linguisticamente. Dentre essas escolhas representacionais, em que o autor propõe, está relacionada a realizações linguísticas ou retóricas específicas. O primeiro foco reside em categorias sociológicas *nomeação, agência*, em vez de categorias linguísticas *nomeação, apagamento do agente da passiva*, o elemento centralizador é a representação de atores sociais e não um conceito linguístico, por exemplo, grupo nominal.

Outra categoria utiliza é a interdiscursividade. Fairclough (2003) define como um texto de análise de um conjunto específico de gêneros, discursos e estilos sobre os quais está estruturado. Também se refere à forma como diferentes gêneros, discursos e estilos são articulados em um texto. A perspectiva de análise relaciona-se a análise linguística de um texto e as várias formas de análise social dos eventos e práticas sociais. O autor destaca que para justificar uma interpretação da interdiscursividade dá-se por meio do texto, mostrando que a interpretação do texto é compatível com as características do texto analisado.

SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL

Rosa (2005)⁴ assinala que o número expressivo de pessoas que utilizam espaços públicos nas grandes e médias cidades brasileiras não se trata de uma questão isolada dos problemas ocorridos na sociedade no tocante às mudanças intensas no mundo do trabalho e no âmbito do Estado. A partir da compreensão de que as crises econômicas teriam levado trabalhadores ao desemprego e alguns às ruas, a autora pontua os possíveis fatores que contribuíram para a existência de pessoas em situação de rua. Um dos fatores está ligado ao modo como a sociedade brasileira se organiza, em um processo concentrador de renda, com desigualdades, alterações econômicas, bem como o desemprego e o agravamento das más condições de reprodução da vida urbana, como, por exemplo, a moradia e a saúde.

Para Silva (2006), a existência de pessoas em situação de rua vincula-se aos fatores estruturais, como ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social; fatores biográficos, como alcoolismo, drogadição⁵, rompimentos dos vínculos familiares. Rosa (2005) pondera que essa heterogeneidade é um elemento importante quando se deseja conhecer a realidade das pessoas que utilizam as ruas e os albergues “[...] de forma *circunstancial* ou como *modo de vida*” (ROSA, 2005, p. 44).

Rosa (2005) pontua que os trabalhadores não conseguem acompanhar as mudanças dos setores em que trabalham e da sociedade, assim sofrem os efeitos do mercado de trabalho. Sobre essa questão, Pinto (2007) ressalta que esse contexto de transformação social determina a

3 Destacamos que o autor apresenta vinte e uma divisões com cinquenta possibilidades.

4 No estudo *Vidas de rua, destino de muitos*, Rosa (2005) fez um levantamento de reportagens da imprensa escrita referentes às pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo.

5 Conforme o Dicionário online de Língua Portuguesa, o termo drogadição significa: “Consumo excessivo e insistente de drogas, de substâncias entorpecentes e alucinógenas, que causa dependência”. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/drogadicao/>> Acesso em: 16.11.2019.

‘exclusão social’⁶, bem como se apresenta “[...] *complexificada* e diferenciada neste início de século. O mundo capitalista, neoliberal, colabora para esse feito” (PINTO, 2007, p. 20). Segundo a pesquisadora referida, o mercado de trabalho mostra-se cada vez mais exigente e excludente.

Maggio (2016) faz uma reflexão sobre o desenvolvimento capitalista e a internacionalização da economia, a urbanização acelerada, a hegemonia neoliberal, que pode contribuir para um aumento da exclusão social. Ademais, o autor apresenta uma discussão sobre os direitos fundamentais das pessoas em situação de rua. Ainda destaca que essas pessoas são vistas pela mídia⁷ como um grupo que oferece risco e não como um grupo que está em risco.

A discussão central de Bursztyn (2003) diz respeito ao fato de as pessoas estarem em situação de rua, ou, de a existência das desigualdades e dessemelhanças sociais serem causadas pelo capitalismo, pois empurraria crescentes contingentes de pessoas para patamares inferiores de riqueza e bem-estar. Conforme o autor, na medida em que os países subdesenvolvidos seguirem a via capitalista, a diferença entre o centro e a periferia tenderia a ser, então, notadamente, quantitativa. Por conta das mudanças ou tendências sociais, cresce a “[...] população de rua, sem-teto, *homeless*”⁸ (BURSTYN,, p. 42), essa se junta aos desvinculados do mundo do trabalho.

Outra perspectiva abordada por Rosa (2005), diz respeito à diversidade de expressões utilizadas para nomear as pessoas que usam os espaços públicos para morar e sobreviver, ao longo das três últimas décadas. A princípio o termo *marginalizado* utilizado para qualificar os trabalhadores que se viam a ‘margem do mercado’ sem opção de trabalho; *população de rua*, para caracterizar um conjunto de pessoas com características sociológicas e psicológicas especiais que se expressam numa dificuldade de adaptação à vida em sociedade; *trecheiro*, cujo termo era usado para nomear pessoas que se deslocavam a pé de uma cidade a outra, depois ampliado para designar as que se deslocam dentro da cidade; e há uma palavra menos usual: *pardais*, para nomear os que ficam mais limitados a certos locais e bairros, não andam muito; por fim, o termo *sofredor de rua*, *povo sem casa*, *o povo da rua* e *homem da rua* surgem para contrapor o preconceito da sociedade.

Conforme Rosa (2005)

[...] a troca de termo tem eficácia relativa. Trocam-se os termos, mas não se troca os comportamentos, e cada termo apresenta limitações à compreensão da diversidade de comportamentos e da heterogeneidade das situações” (ROSA, 2005, p. 65).

As denominações são constituídas historicamente e refletem a conjuntura em que são produzidas e revelam, em determinados momentos, preconceito por parte da sociedade e, em outro momento, uma tentativa da construção de conceitos no âmbito acadêmico, em especial,

6 A respeito da exclusão social, Bessa (2009) explana sobre a cidadania dos indivíduos ao questionar o uso da expressão ‘exclusão social’, bem como apresenta alguns conceitos.

7 Para maiores discussões, verificar Santos (2014), que discute a relação entre a mídia e a sociedade, bem como a estratégia de defesa da mídia de desconstruir a imagem das pessoas em situação de rua enquanto vítima de um sistema que privilegia uma parcela mínima da sociedade. Também Santos (2013), que aborda a representação das pessoas em situação de rua nos veículos midiáticos.

8 Refere-se aos termos utilizados pelo autor, destaca-se que optamos pelo termo ‘pessoas em situação de rua’, pois reflete o caráter circunstancial como processual e transitório (BESSA, 2009).

na área das Ciências Humanas, que buscam compreender o modo de vida das pessoas que usam as ruas para morar e sobreviver (ROSA, 2005).

Entre as escolhas lexicais mais recorrentes nos textos da mídia⁹, ao referir às pessoas em situação de rua, é *morador de rua*. Compreende-se uma naturalização do processo através do referido termo. Assim, cidadãos e cidadãs estão nessas circunstâncias em decorrência do processo de acumulação capitalista, que amplia as desigualdades sociais e níveis de pobreza, conforme afirma Silva (2017). Optamos pelo termo *situação de rua*, pois conduz uma compreensão que significa identificar uma circunstância passageira em que pessoas são impulsionadas a uma condição provisória (ROSA, 2005). Após o Decreto Presidencial nº 7.538 de 2009¹⁰, a expressão *pessoas em situação de rua* ganhou espaço com a reflexão de um termo processual e transitório.

Além dos nomes já mencionados para caracterizar as pessoas em situação de rua, há outros termos semânticos – *estar na rua*, *ficar na rua* e *ser da rua*¹¹ – que propiciam a discussão acerca dessa problemática social. De acordo com (ROSA, 2005), faz-se necessário obter clareza das distinções entre *ficar na rua* – cujo termo reflete um estado de precariedade de quem, além de estar sem recursos para pagar uma pensão, não consegue vaga em albergue –, *estar na rua* – expressa a situação da pessoa que adota a rua como local de pernoite e já não a considera tão ameaçadora –, e *ser da rua* – compreende um processo mais difícil à proporção que aumenta o tempo de rua.

Essas distinções dialogam com a discussão que Pinto (2007) pondera acerca do imaginário estabelecido, pela sociedade, sobre as pessoas em situação de rua. Segundo o autor,

[...] procura-se romper com o imaginário social sobre a população de rua em que prevalece a ideia de que são sujeitos marginais, imprestáveis, maltrapilhos, drogados, malandros. Pretende-se aqui demonstrar outros ângulos da vida do ser das populações de rua apontando suas capacidades e habilidades associadas as suas formas de organização e auto-organização. (PINTO, 2007, p.11).

Giogertti (2007) discute, numa perspectiva histórica do Brasil, a desigualdade social e uma reflexão sobre *ideologia higienista*¹², que ocorre com a existência dos cortiços no Brasil, no século XIX, pois não era desenvolvida nenhuma política pública de saúde para os moradores, sendo criada, na sociedade, uma polarização da ideologia de classes: elite *versus* classe pobre. O pensamento era de “intelectuais médicos” que se reproduziu no imaginário social por meio da dicotomia dominante *versus* dominados. A autora assinala que esse imaginário advém do período da escravidão, mas também das ditaduras que marcaram a sociedade. A autora salienta que o *higienismo* é um sentimento de inevitabilidade e convivência e trata-se de resultados de um quadro extremamente desigual. Esse discurso de higienização está, intimamente, ligado à diferença de classes, superando o problema racial.

9 A partir do levantamento desta pesquisa, o corpus constatou-se que 70% das notícias utilizam essa designação. Também em uma pesquisa de Iniciação Científica, intitulada Discurso e Situação de Rua em Salvador e Região Metropolitana, constatou-se que grande parte das notícias utilizou esse termo.

10 O Decreto institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento e dá outras providências.

11 Discussão abordada no livro *População de Rua: quem é, como vive, como é vista* (ROSA, 2004).

12 O discurso higienista aparece em grande parte das notícias coletadas nesta pesquisa, dentro do período proposto. Por isso a importância de abordar o termo.

Essa reflexão mobilizada por Giogerti (2007) relaciona-se ao conceito “apartação social” explicitada nos estudos de Buarque (1993). Esse termo é uma referência ao *Apartheid*¹³, que foi o sistema de segregação racial consolidado nos anos 50 e 60 na África do Sul. O autor ao tratar de apartação, ressalta não só a desigualdade, mas a diferença entre as pessoas, a diferença entre quem tem e quem não tem dentro da sociedade. As abordagens do autor contribuem, em uma perspectiva reflexiva, sobre a ética de apartação, de “aceitação da miséria ao lado da riqueza, separação de classes, consolidação dos privilégios, exclusão” (BUARQUE, 2003, p. 72).

Com a intenção de atender as propostas de formular políticas públicas para as pessoas em situação de rua, no período de agosto de 2007, foi realizada a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua¹⁴. O referido estudo apresenta a existência de 31.922 adultos em situação de rua nos 71 municípios pesquisados¹⁵, vivendo na rua.

Esses dados não são precisos, porque as pesquisas foram realizadas em momentos distintos e com metodologias diferentes, além de não abranger todas as cidades do país, entre elas: São Paulo, Belo Horizonte e Recife. Destaca-se também a existência de dados recentes do IPEA¹⁶ (2016), que estima um total de 112.890 pessoas em situação de rua. Entretanto, os municípios de São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Brasília não foram pesquisados.

A partir dos dados do IPEA, compreende-se que grande parte das pessoas, que estão em situação de rua, considerando as mudanças no mundo do trabalho e da alternância da economia, isto reproduz o desemprego. Essa situação pode, inclusive, provocar o uso excessivo de álcool e drogas, bem como a fragilização e até mesmo a ruptura de laços familiares (BESSA, 2009).

As políticas públicas para as pessoas em situação de rua existem em duas instâncias no *Decreto Federal nº 7.053* de 10 de março de 2009¹⁷ e no *Decreto Estadual nº 23.836* de 22 de março de 2013¹⁸. Elas apresentam princípios, diretrizes e objetivos para o acompanhamento de pessoas em situação de rua. Uma das ações da política pública é o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, previsto no *Decreto nº 7.053/2009* e na tipificação nacional de serviços sócio assistenciais, constitui-se em unidade de referência da

13 O léxico tem origem no latim *partire*, que significa dividir em partes. O *apartheid* é o termo que definiu a concepção e o conjunto das normas que regularam o processo social e econômico, separando a população entre brancos, negros e mestiços. Em português, a palavra *apartação* foi usada no sentido de separar coisas e animais no estábulo; no seu sentido social, de uma sociedade partida, separando as pessoas por classe, como o *apartheid* separa por raças.

14 O resultados tornaram-se públicos em abril de 2008 por meio de um Sumário Executivo (BRASIL14, 2008). O público-alvo da pesquisa eram pessoas acima dos 18 anos de idade vivendo em situação de rua. A pesquisa partiu de um acordo de cooperação assinado entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

15 Dados do documento da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL,2008).

16 Fundação Pública Federal vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28819>. Acesso em: 15.08.2017

17 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em 10.03.2018

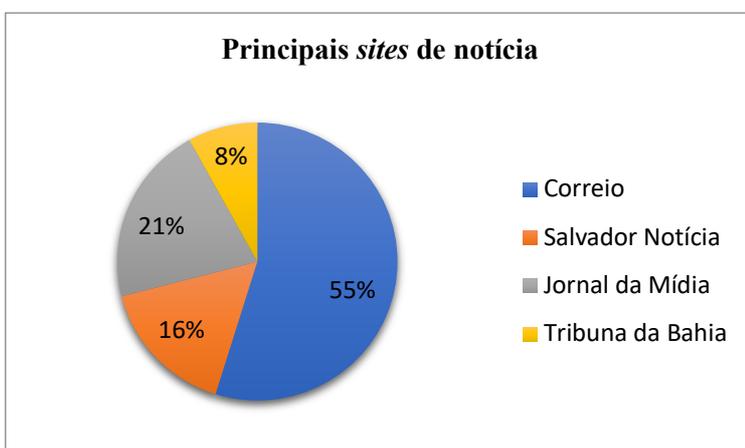
18 Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2013/2383/23836/decreto-n-23836-2013-institui-a-politica-municipal-para-a-populacao-em-situacao-de-rua-e-seu-comite-intersetorial-de-acompanhamento-e-monitoramento-e-da-outras-providencias?wordkeytxt=racial>> Acesso em: 10.03.2018

PSE de Média Complexidade, de natureza pública e estatal. Na seção seguinte apresentamos as análises dos textos jornalísticos.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

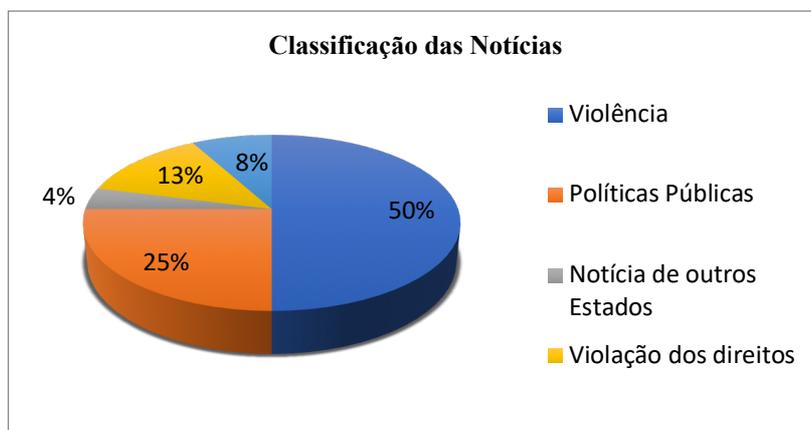
Neste artigo, adotamos uma abordagem qualitativa com base nas concepções de Flick (2004), pois, para o autor, os elementos essenciais da pesquisa qualitativa consistem na escolha correta de métodos e de teorias oportunas, no reconhecimento e na análise a partir de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores a respeito de sua pesquisa como parte do processo de produção de conhecimento, e na variedade de abordagens e métodos. Nesta seção, apresentaremos os principais *sites* de notícias da cidade pesquisa, a classificação, bem como a seleção do *corpus* para as análises utilizando às categorias linguístico-discursivo.

Gráfico 1: Principais *sites* de notícias de Salvador e Região Metropolitana.



Fonte: Autoria própria.

Gráfico 2: Classificação das notícias a partir do levantamento dos textos.



Fonte: Autoria própria.

No gráfico, reiteramos a quantidade de notícia encontrada nesses *sites*, também destacamos o levantamento das notícias considerando a tiragem, conforme os dados da Associação Nacional de Jornais – ANJ (2014)¹⁹ distribuição e a importância dentro do espaço midiático/jornalístico do *Correio e Salvador notícias*.. Ao ter contato com esses suportes, em cujo ambiente materializou-se o gênero notícia, selecionamos os textos a partir de palavras-chave, referentes aos termos, geralmente, utilizados para nomear as pessoas em situação de rua: “situação de rua”, “morador de rua”, “perambulante”, “mendigo”.

Dessa forma, são vários temas sobre as pessoas em situação de rua, como: efetivação de política pública, morte entre as pessoas em situação de rua, violência, agressão, frio, violação dos direitos humanos, as pessoas em situação de rua como herói, justiça com casos de agressão ou roubo, atitudes solidárias para elas, também notícias de outros Estados, dentre outros.

Após o levantamento classificamos as notícias com bases nos temas e assuntos tratados, conforme o gráfico 2. Dado o mapeamento, verificamos que 20% das notícias tratam sobre violência, 25% sobre política pública, 13% sobre violação dos direitos humanos, notícias de outros Estados 4% e outros temas 8%. Definimos por quatro notícias pertencentes à classificação *políticas públicas*, que versam a respeito de unidades de acolhimento distribuídas pelas ruas, centro de reintegração social. Pretende-se observar o que tem sido feito – por parte das instâncias governamentais – para resolver/reduzir o problema social das pessoas utilizarem os espaços públicos para morar.

ANÁLISE DOS DADOS

O *corpus* da pesquisa é composto pelas notícias:

- Correio (C1)²⁰– *Defensoria promove evento para ouvir moradores de ruas de Salvador*, (01/07/2016). Informa sobre uma reunião no auditório da Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE/BA) que ocorreu uma denúncia de casos de agressão policial e maus tratos por parte de agentes públicos, inclusive da saúde, contra pessoas em situação de rua. Aborda também a presença das vozes das pessoas em situação de rua questionando e solicitando inclusão social por parte deles.²¹
- Correio (C2)²² - *Prefeitura inaugura unidades de atendimento à população de rua na Vasco da Gama*, (03/05/2016). Descreve a inauguração de duas unidades de atendimento à população em situação de rua: a Unidade de Acolhimento Institucional e o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), que ficam no mesmo prédio, localizado na Avenida Vasco da Gama, próximo ao Dique do Tororó.²³

19 Associação Nacional de Jornais (ANJ, 2015). Disponível em:< <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>> Acesso em: 31.03.2018. Destacamos também que retiramos as informações dos principais sites de grande circulação no site Guia de Mídia. Disponível em:<<https://www.guiademidia.com.br/jornaisdeminasgerais.htm>> Acesso em: 31.03.2018

20 Disponível em < <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/salvador/noticia/defensoria-promove-evento-para-ouvir-moradores-de-ruas-de-salvador/?cHash=1ede6199de61e9808bc05554ed7b69f6>> Acesso em 21/08/2017.

22 Disponível em < <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/salvador/noticia/prefeitura-inaugura-unidades-de-atendimento-a-populacao-de-rua-na-vasco-da-gama/?cHash=83d2306a25109861118dafb58c61eb73>>. Acesso em 08/07/2017.

- Salvador Notícias (SN)²⁴ – *I Fórum da Rede de Cuidado às Pessoas em Situação de Rua*, (27/11/2015). Relata o I Fórum da Rede de Cuidado às Pessoas em Situação de Rua do Centro Histórico de Salvador, com a intenção de discutir em rede o atendimento disponível atualmente para as pessoas em situação de rua. Contou com a presença da Prefeitura Municipal de Salvador, o Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD/UFBA), o Movimento População de Rua, a Defensoria Pública do Estado, as Obras Assistenciais Irmã Dulce, o Consultório na Rua e a Secretaria Nacional de Políticas.
- Salvador Notícias (SN)²⁵ - *Grupo de Trabalho elabora políticas públicas para moradores de rua*, (16/08/2012). Relata a operação o grupo de trabalho criado pela Prefeitura e Salvador com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas municipais para a inclusão social das pessoas que vivem em situação de rua na capital baiana.

Fairclough (2003) conceitua gêneros como aspectos discursivos das formas de agir e interagir por meio de eventos sociais. Assim o gênero notícia é unidirecional, sendo uma ação mediada tais como o (impresso, rádio, televisão, Internet). Dessa forma só interagimos por meio de gêneros, também a concepção de gênero envolvida em pesquisas sociais, principalmente com análises textualmente orientadas é de grande importância para a compreensão e interpretação dos textos, escritos e/ou visuais.

Conforme Benassi (2009) as marcas linguístico-enunciativas visíveis do gênero notícia são: a estrutura linguagem intermediária, poucos adjetivos dando ênfase aos substantivos e verbos, os quais devem impressionar o leitor. Também, conforme o autor, nas notícias buscam-se determinadas escolhas lexicais para atrair o leitor. O estilo também é marcado pela objetividade e procura destacar aspectos principais, situando-o no seu momento histórico como forma de revestir a informação de seriedade. Esses aspectos devem ser pensados, pois o gênero notícia divulga em detrimento de intenções pessoais e a ausência de informações para beneficiar algum órgão ou jogo político.

A dominação e subordinação de classe (THOMPSON, 1995) continuam a desempenhar um papel importante na sociedade e, ao analisar a ideologia, interessa-nos a maneira como o sentido detém relações de dominação. Verificamos a intertextualidade presente, pois ao analisar a sociedade partindo da materialidade linguísticas, nos interessa, principalmente, dentro da perspectiva teórica da ADC, perceber em um texto quais ‘vozes’ são ‘autorizadas’ a falar.

Na notícia C1, notamos marcas das vozes das pessoas em situação de rua excluídas. Essa ocultação pode ser observada e examinada, a respeito de pessoas em situação de rua entendemos que elas são vítimas de violência que impliquem a negação de seus direitos de cidadania. Tencionamos observar de que modo se dá as vozes dessas pessoas. A notícia C1 é representada uma pessoa em situação de rua *Ricardo Freitas, 51 anos de idade*²⁶, que diz:

Bolsa Família é bom, aluguel social ajuda, mas eu preciso mesmo é de estar capacitado para uma empresa me valorizar, pois a sociedade é preconceituosa.

²⁴ Disponível em <<http://www.salvadornoticias.com/2015/11/i-forum-da-rede-de-cuidado-as-pessoas.html>> Acesso em 25/08/2017.

²⁵ Disponível em <<http://www.salvadornoticias.com/2012/08/grupo-de-trabalho-elabora-politicas.html>> Acesso em 25/08/2017.

²⁶ A partir do modo em que as pessoas em situação de rua enunciam compreendemos um modo delas se sentirem adjetivadas como perigosas, incômodas e oportunistas.

Se amanhã esses programas acabarem, como vou me manter? Entendemos que são os primeiros passos, mas eu preciso ser capaz de me manter sem eles.

Neste relato percebemos a importância das ações das políticas públicas, entretanto é mencionado que essas pessoas em situação de rua precisam de práticas de capacitação para uma permanência em trabalhos. Transmitindo também uma ideia de que esses programas não são estáveis. As vozes que predominam textualmente são vozes da lei *advogados/as, juizes, tribunais, nas quais não são explícitas*, especialistas, vozes do governo *secretarias e outras instâncias de poder executivo*.

Relatos da defensora pública Fabiana Miranda, da coordenadora regional do Movimento Nacional da População de Rua; e relatos indiretos do representante da marca Euzaria, José Pimenta. Também a subcoordenadora dos Direitos Humanos, Eva Rodrigues, a diretora da Esdep, Firmiane Venâncio, a defensora pública da Curadoria Especial, Ana Virgínia Rocha, e a ouvidora da DPE, Vilma Reis. Observamos que há uma predominância de vozes das pessoas que representam o setor público.

Observa-se também que nos relatos dos órgãos públicos não aparece que se trata de uma efetivação de políticas públicas, conforme o decreto nº 23.836 de 22 de março de 2013 que *Institui a política municipal para a população em situação de rua e seu Comitê Intersetorial de acompanhamento e monitoramento, e dá outras providências*, que, por exemplo, é o comprimento do art. 5 que visa assegurar o acesso amplo aos serviços e programas que integram as políticas públicas com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho ou geração de renda. Assim, esses fatores não são mencionados, contribuindo para destacar interesses pessoais, não se trata de um ‘favor’ a pessoas em situação de rua, mas uma efetivação de lei.

Identificou-se o processo de *assimilação e nominalização* conforme conceitua Van Leeuwen (1997), pois na notícia às pessoas em situação de rua não tratadas no coletivo, observe: “sabemos o que o outro precisa. Mas esquecemos de perguntar. Foi como alguém”, também em “Todos os representantes ouviram as demandas e sinalizaram medidas que podem ser tomadas para resolver os problemas dos moradores de rua” nota-se a individualização e assimilar das ‘pessoas comum’ e para sobrepor os atores sociais representados.

Conforme Van Leeuwen (1997), a agregação desempenha um papel crucial em muitos contextos, não só em contextos em que os processos democráticos formais são usados para chegar a decisões, mas também e especialmente noutros, através de opiniões, inquéritos, pesquisa de mercado. É por isto que a agregação é usada para regulamentar à prática e para produzir uma opinião de consenso, mesmo que se apresente como mero registro de fatos. A assimilação pode realizar-se, quer através de um substantivo que denote um grupo de pessoas, como por exemplo, em (esta nação). A agregação realiza-se através da presença de um quantificador definido ou indefinido, que funciona quer como numerativo quer como núcleo do grupo nominal, como (uma série de critérios).

Nota-se, partir das citações diretas das pessoas em situações de rua, uma forma de querer inclusão na sociedade e não apenas “migalhas” das pessoas e do governo, mas sim, uma oportunidade de trabalho, menos preconceito e conceitos pré-estabelecidos pela sociedade, que são defini-los como ladrões, usuário de drogas. Apresenta-se nas falas reflexões das pessoas em situações de rua e questionamentos desses acontecimentos “O que quero é uma ponte para me capacitar e não ir apenas para o mercado informal e vender doce em ônibus. Eu quero poder ser um eletricitista, um encanador... Trabalho é essencial. Eu sou capaz de me manter e de voltar de cabeça erguida para a sociedade”.

Dentro desse contexto da presença das vozes das pessoas em situação de rua, entende-se que as práticas sociais envolvem conjuntos específicos de atores sociais, mas nem todos os atores sociais estão incluídos (neste caso as pessoas em situação de rua), e as representações incluem ou excluem atores sociais para servir seus interesses e propósitos em relação aos leitores a quem se dirigem. Essas exclusões das pessoas em situação de rua são um pormenor que se que os leitores já conhecem, ou que são considerados irrelevantes para eles, outros estão diretamente relacionados com a estratégia de propaganda que visa criar interesses pessoais.

A notícia elenca que esta ação social está prevista no decreto nº 23.836 de 22 de março de 2013, uma lei municipal (SALVADOR, 2013)²⁷ que assegura responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento; bem como “participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas.”(Artº4.VI), dentre outras políticas afirmativas.²⁸ Também prevista pelo decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009²⁹ (BRASIL,2009). Não se trata de ‘favores’, mas sim de uma efetivação da lei, ao excluir a informação pormenoriza-se partindo do pressuposto que os leitores já conhecem, ou que são considerados irrelevantes para eles, ou estão diretamente relacionados com a estratégia de propaganda que visa atender interesses pessoais.

A *agregação* (VAN LEEUWEN, 1997) realiza-se através da presença de um quantificador definido ou indefinido, que funciona quer como numerativo quer como núcleo do grupo nominal, nota-se a presença em “O evento 'Conversa de rua' ainda identificou dificuldades passadas pelas pessoas que moram nas ruas e o preconceito que eles enfrentam para voltar ao mercado de trabalho.” Já as pessoas que representam a lei são identificadas por nome e suas funções sociais,

A roda de conversa contou com a presença da defensora pública Fabiana Miranda, da coordenadora regional do Movimento Nacional da População de Rua (Pop Rua) e do representante da marca Euzaria, José Pimenta. Também estiveram presente no evento a subcoordenadora da Especializada de Proteção aos Direitos Humanos, Eva Rodrigues, a diretora da Esdep, Firmiane Venâncio, a defensora pública da Curadoria Especial, Ana Virgínia Rocha, além da ouvidora da DPE, Vilma Reis.

Neste texto nota-se que as pessoas em situação de rua são ativas na perspectiva de serem beneficiárias com a política pública, entretanto é marcado como categorização generalizada, não apresenta participação direta na atividade social no qual está envolvido. Os atores sociais (as pessoas em situação de rua) são sujeitos tratados como objetos na representação, por exemplo, como objeto da efetivação da política pública decreto 23.836. Isto, conforme Van Leeuwen (1997) ocorre para que os atores sociais não nomeados seja apenas papéis passageiros e funcionais, e não se tornam pontos de identificação para o leitor ou ouvinte, evidenciando a ação social e beneficiando quem proporcionou o fato.

27 Disponível em < <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2013/2383/23836/decreto-n-23836-2013-institui-a-politica-municipal-para-a-populacao-em-situacao-de-rua-e-seu-comite-intersetorial-de-acompanhamento-e-monitoramento-e-da-outras-providencias.html?wordkeytxt=racial> >

28 <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2013/2383/23836/decreto-n-23836-2013-institui-a-politica-municipal-para-a-populacao-em-situacao-de-rua-e-seu-comite-intersetorial-de-acompanhamento-e-monitoramento-e-da-outras-providencias.html?wordkeytxt=racial>

29 <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2009/decreto-7053-23-dezembro-2009-599156-norma-pe.html>

A notícia C2 aborda a inauguração de duas unidades de atendimento à população em situação de rua, explica um pouco sobre o Centro Pop que é um local de atendimento à população em situação de rua, tendo como objetivo promover a autonomia dessas pessoas através de serviços de saúde, capacitação, assessoria jurídica e acolhimento em abrigos, não mencionando que se trata, de uma efetivação da política pública decreto nº 23.836 de 22 de março de 2013, artº4 que garante essas demandas dentre outras, como objetivos da Política Municipal, padrão básico de qualidade, monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de rua, dentre outros.

Ressalta-se também que a Unidade de Acolhimento é a 13ª da cidade e oferece 50 vagas para abrigar pessoas em situação de rua, totalizando 650 vagas. É estabelecido alimentação, troca de vestuário, atendimento com psicólogos e assistentes sociais. Trata-se de um abrigo e não é permanente.

Observou-se o discurso direto da Juliana Portela, Diretora de Políticas Sociais da Secretaria de Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza (Semps), bem como do secretário Bruno Reis, da (Semps) e do prefeito ACM Neto. São relatos acerca do ‘benefícios’ que recebem, também com a intenção que consiga a inserção no mercado de trabalho e sobre a ampliação de atendimento. Não há as vozes das pessoas em situação de rua, isto corrobora para dar ênfase as vozes das pessoas que representam o setor público e atender a interesses políticos.

Ao mobilizarmos as concepções de Fairclough (2001), entendemos que essas escolhas/decisões não são de natureza puramente individual, os significados das palavras e as lexicalizações fazem parte de contextos específicos. Dessa forma, identificamos o processo metonímico, que se refere ao emprego de uma palavra fora de seu contexto semântico, uma forma de caracterizar as pessoas em situação de rua por ‘morador de rua’, ocorre que os atores sociais são representados por meio da qualidade que lhe é atribuída pela representação socialmente instituída. Este termo semântico contribui para os leitores que se dirigem a assimilar o termo normalizando a qualidade que lhe é atribuída, induzindo a compreensão de que as pessoas em situação de rua estão nestas condições, ocultando os fatores socioeconômicos que contribuem para tal situação.

Nessa perspectiva, observa-se a presença da ideologia como reificação, pois envolve a eliminação ou a ofuscação do caráter sócio-histórico dos fenômenos acerca das pessoas em situação de rua, entende-se como, conforme Thompson (1995), um modo expresso através da naturalização da situação social na qual é tratada como natural ou como um resultado inevitável de características naturais.

Dentro da ‘rede’ de possibilidade de construção de representação de agentes sociais proposta por Van Leeuwen (1997) utilizou-se a *nominalização* e *indeterminação* que pretende-se esboçar os modos pelos quais os atores sociais podem ser representados textualmente, bem como estabelecer a relevância crítica de como se realizam linguisticamente.

Conforme Van Leeuwen (1997) a nomeação quando apresenta os termos de identidade e funções que partilham, representados em termos da sua identidade única; (função e qualidade que lhe é atribuída) e categorizados é quando os atores sociais são nomeados, as personagens sem nome cabem apenas em papéis passageiros e funcionais.

Observa-se nos trechos destacados em o prefeito de Salvador Antônio Carlos Magalhães Neto é representado pela função social que exerce e as pessoas em situação de rua não são nomeadas e identificadas, são postas como: pessoas, eles, moradores de rua. Compreende-se que isto tem um impacto interpretativo pelo viés de generalizar e categorizar pela situação em

que se encontram. Uma mesma realidade pode ser retratada de formas diferentes, por meio de mecanismos discursivos de ativação ou passivação de atores, acionados através de artifícios linguísticos como quando o papel do ator social se realiza por meio de uma maior (ativa) ou menor (passiva) participação.

A notícia SN1 relata o I Fórum da Rede de Cuidado às Pessoas em Situação de Rua do Centro Histórico, apresentam as ações efetivas que são desenvolvidas, a exemplo os projetos: Corra pro Abraço e Ponto de Cidadania, o Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD/UFBA), o Movimento População de Rua, a Defensoria Pública do Estado, as Obras Assistenciais Irmã Dulce, o Consultório na Rua e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas para apresentar com a intenção de discutir em rede o atendimento disponível atualmente para o público. A notícia não relata que a ação está sendo cumprido pelo decreto nº 23.836 de 22 de março de 2013 (Artº 9 - VII - organizar, periodicamente, encontros para avaliar e formular ações para a consolidação da Política Municipal para a População em Situação de Rua.)³⁰

As vozes presentes no texto são apenas de pessoas com funções sociais políticas, representado por assistente social Jane Montes bem como de Lua Dultra, médica de Família e Comunidade da Unidade de Saúde da Família do Terreiro de Jesus, as duas são discursos diretos. Não tem a presença das vozes das pessoas em situação de rua, essa exclusão é passível de análise para a percepção de que as atividades são realizadas para eles, deveriam ouvi-la para compreender suas percepções, o que de fato as pessoas em situação de rua precisam. Por meio dos relatos diretos, há dificuldades em encontrar as pessoas em situação de rua bem como com cuidar e possibilitar um atendimento de qualidade, mas por que não oportunizar voz as pessoas em situação de rua? A ausência das vozes nos conduz a compreensão de apenas apresentar interesses políticos pessoais.

Nota-se uma exclusão pode desempenhar o seu papel numa comparação crítica de diferentes representações da mesma prática social, mas não na análise de um único texto, pela simples razão de que não deixa marcas. Os atores sociais excluídos são as pessoas em situação de rua. Observou-se a presença da *nominalização* que é a exclusão de atores sociais, relacionando-se com a perspectiva ideológica, sendo a unificação (THOMPSON, 1995) que são relações que podem ser estabelecidas e sustentadas através da construção de uma forma de unidade que interliga os indivíduos em uma identificação coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los, as pessoas em situação de rua são vistas de modo coletivo, não são nomeados ou identificados.

A notícia tem-se marcas intertextuais, sendo que primeiro ocorre a abordagem do Ministério do Desenvolvimento Social, Salvador relatando a quantidade (3,3 mil) de pessoas em situação de rua, bem como a abordagem do Decreto da Presidência da República n.º 7.053/2009 que efetiva políticas para as pessoas em situação de rua. As vozes presentes no texto, sendo relatos diretos de Daniela Cova coordenadora de Proteção Social e Especial da Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Direitos do Cidadão (SETAD), não tem a presença das vozes em situação de rua.

Os atores sociais presentes são representantes da Casa Civil, Secretaria Municipal da Saúde (SMS), Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer (Secult) e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente (Sedham), além do Movimento da População de Rua de Salvador, Fórum Permanente da População de Rua, do

³⁰ Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2013/2383/23836/decreto-n-23836-2013-institui-a-politica-municipal-para-a-populacao-em-situacao-de-rua-e-seu-comite-intersetorial-de-acompanhamento-e-monitoramento-e-da-outras-providencias.html?wordkeytxt=racial> >

Ministério Público, da Defensoria Pública e do Programa Bahia Acolhe, da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social (Sedes).

Conforme Van Leeuwen (1997) as práticas sociais envolvem conjuntos específicos de atores sociais (na notícia apresenta apenas pessoas que representam o poder público), mas nem todos os atores sociais estão incluídos (as pessoas em situação de rua), representa os termos de identidade e funções sociais que partilham, representados em termos da sua identidade única e a qualidade que lhe é atribuída e as pessoas em situação de rua são categorizados fazendo com que os nomeados são papéis passageiros e funcionais.

A percepção supracitada tem relação com os modos de operação propostos por Thompson (1995) sendo o modo *fragmentação*, que estabelece uma relação de dominação podendo ser mantidas e não unificando as pessoas em uma coletividade, mas segmentando àqueles indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes.

Dessa forma os modos de operação da ideologia, propostos por Thompson (1995), podem ser associados e identificados textualmente, assim observou-se alguns modos para que possamos pensar e entender a interação de sentido e poder na vida social, bem como para compreendermos de que forma essas estratégias e maneiras podem servir para estabelecer e sustentar relações de dominação. Nota-se que essas formas simbólicas produzidas servem para sustentar relações de dominação, ou para subverter-las ao promover indivíduos e grupos específicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre a temática situação de rua, junto a Análise de Discurso Crítica (ADC), puderam contribuir para um olhar mais crítico em relação às questões sociais em Salvador. No que se refere ao primeiro objetivo, a partir das notícias, notamos que as vozes das pessoas em situação de rua são apagadas, isto pode corroborar para evidenciar as vozes das pessoas que representam o setor público e atender a interesses políticos.

Ao observamos as escolas lexicais, identifica-se o processo metonímico, que é emprego de uma palavra fora de seu contexto semântico, uma forma de caracterizar as pessoas em situação de rua por ‘morador de rua’, ocorre que os atores sociais são representados por meio da qualidade que lhe é atribuída pela representação socialmente instituída.

Em relação ao segundo objetivo, sobre os discursos, sabemos que é por meio da linguagem que o discurso constrói-se e representa a realidade social, isso, identificá-los nos textos colabora para uma percepção do tratamento do problema social em discussão. Os discursos que mais aparecem nas notícias são os de violação dos direitos e o discurso de assistência isto apresenta um aspecto relevante, diante da perspectiva de observar o que tem sido feito para as pessoas em situação de rua, portanto grande parte das notícias discute a efetivação e o avanço na busca de amenizar o quantitativo das pessoas em situação de rua. Tem-se também, em grande parte das notícias, o discurso de agressão. Reiteramos que os discursos materializados em textos têm efeitos: realizam mudanças no mundo (RESENDE, 2018).

Diante das análises notamos que há uma preocupação com as pessoas em situação de rua em Salvador, pois existem fóruns para discutir as políticas públicas e possíveis, projetos para as pessoas em situação de rua voltar ao mercado de trabalho, Unidade de atendimento,

consultório na rua.³¹ Os discursos ideológicos que envolvem a eliminação ou a ofuscação do caráter sócio-histórico dos fenômenos acerca da problemática, sendo um modo expresso através da naturalização da situação social que é tratada como natural ou como um resultado inevitável de características naturais, (THOMPSON, 1995).

Considera-se relevante os estudos da problemática social, pois pode-se afirmar que a utilização de políticas públicas para o benefício das pessoas em situação de rua tem sido de grande importância para o desenvolvimento de um novo olhar aos cidadãos e cidadãs em situação de rua. Para tanto, com as análises realizadas das notícias foi possível estudar e refletir sobre processos sociais relativos à situação de rua em Salvador, e como ocorrem esses processos por meio de discursos inseridos em práticas sociais.

REFERÊNCIAS

BESSA, Décio. Cidadãos e cidadãs em situação de rua: uma análise de discurso crítica da questão social. 2009. 347 f. Tese (Doutorado em Linguística)–Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em:

BOCK, AMB. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social, 2007.

_____. Linguagem e Situação de Rua. In: MAGALHÃES, I.; CAETANO, C. J. M.; BESSA, D. (Orgs.). Pesquisas em Análise de Discurso Crítica. Covilhã (Portugal): Livros LabCom, 2014. p. 25 - 51.

_____.; CAETANO, C. J. M.; BESSA, D. (Orgs.). Pesquisas em Análise de Discurso Crítica. Covilhã : Livros LabCom, 2014.

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4308/1/2009_DecioBessadaCosta.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.

BUARQUE, Cristovam. O que é Apartheid: o apartheid social no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BURSZTYN, Marcel. Da pobreza a miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: _____. (Org.). No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 27-55.

DIAS, Briana Rosa Barreto Fonseca. Políticas Públicas para a população em situação de rua: análise comparativa entre a política nacional e a política do Distrito Federal. 2014.

FAIRCLOUGH, Norman. Analysing discourse: textual analysis for social research. Londres: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Tradução Maria Izabel Santos Magalhães. 2. ed. Brasília: UnB, 2001.

FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

31 Neste site do Estado da Bahia consta alguns projeto e ações para as pessoas em situação de rua. <<http://www.bahia.ba.gov.br/search.php?query=pessoas+em+situa%27%E3o+de+rua&inst-bar-pesquisar-submit=&action=results>>

- GIORGETTI, C. Moradores de rua: uma questão social? São Paulo: Fapesp, Educ, 2006.
- GIORGETTI, Camila. Poder e contrapoder: imprensa e morador de rua em São Paulo e Paris. São Paulo: FAPESB/EDUC, 2007.
- GRINOVER, A. P. et.al. Direitos fundamentais das pessoas em situação de rua. 2. ed. Belo horizonte: D'Plácido, 2016.
- MACEDO, S. D. VIEIRA. A. J. Conceitos-chave em análise de discurso crítica BATISTA, José Ribamar Lopes; SATO, Dênise, Tamaê, Borges; MELO, Iran, Ferreira; Análise de Discurso Crítica para linguista e não linguista. São Paulo: Parábola, 2018. p. 49-77.
- MAGALHÃES, I. Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso. In: D.E.L.T.A., 2 (2), São Paulo, pp.181-205, 1986.
- MAGGIO, Paulo. Direitos ou interesses coletivos (lato sensu) e direitos individuais das pessoas em situação de rua: propostas garantidoras de resolutividade. In: GRINOVER, Ada Pellegrini. et al. (Orgs.). Direitos fundamentais das pessoas em situação de rua. 2. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016. p. 65-81.
- PINTO, Maira M.. Sou capaz: uma experiência de auto-organização de moradores de rua. Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.
- RAMALHO, Viviane; DE MELO RESENDE, Viviane. Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa. Pontes Editores, 2011.
- RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. Análise de discurso crítica. 2ª reimpressão. São Paulo. SP: Contexto, 2014.
- ROSA, Cleisa M. M. Vidas de rua. São Paulo: Hucitec / Associação Rede Rua, 2005.
- SILVA, M. L. L. Trabalho e população em situação de rua no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.
- THOMPSON, J. B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.
- VAN LEEUWEN, T. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, E. R. Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997. p. 169-122.

Artigo recebido em: 25/03/2019

Aprovação final: 24/11/2020

DOI: 10.35501/dissol.vi12.569